

Elivanda de Oliveira Silva

O estatuto político do mal e as implicações políticas da faculdade do pensamento na perspectiva de Hannah Arendt

Elivanda de Oliveira Silva

Mestre em Filosofia – UFC

E-mail: elivandaos@yahoo.com.br

Fone: (32) 3372-3675

Data de recepção: 31/10/2011

Data de aprovação: 05/12/2011

Resumo: Este artigo tem como objetivo investigar o conceito de mal elucidado pela pensadora alemã Hannah Arendt (1906-1975). No final de *Origens do Totalitarismo*, Hannah Arendt, tendo em mente os campos de concentração, mencionou a existência do mal radical que surgiu em relação a uma estrutura de dominação capaz de tornar o próprio homem supérfluo e de diluir no indivíduo a pessoa jurídica, moral e a sua identidade pessoal. Para Arendt, nada poderia ser mais cruel que a realidade do inferno na terra. Assim, enxergava os campos de concentração: a própria imagem do inferno, sem qualquer pretensão de justiça humana compreensível. O Totalitarismo se revelaria como mal sem precedentes, capaz de aniquilar a liberdade como possibilidade humana e política. A discussão levantada por Arendt sobre a natureza do mal ultrapassa a dimensão moral e religiosa, âmbito no qual o mal vinha sendo pensado e adquire um estatuto político, haja vista que o Totalitarismo e as atrocidades cometidas nos campos de extermínio revelaram-se insuficientes para relacionar o mal como uma questão de pecado, de transgressão à lei e/ou

à moral. Partindo dessas considerações, a pergunta fundamental com a qual nos ocuparemos ao longo de nosso texto será: o pensamento pode evitar o mal?

Palavras-chaves: Mal radical – Totalitarismo – Campos de concentração – Pensamento

Introdução

O mal é um problema filosófico por excelência, tendo sido objeto de reflexão de diversos filósofos, sendo tratado com muita propriedade por Platão, Agostinho, São Tomás, Kant e Hegel, entre outros. Contudo, a abordagem realizada por esses pensadores sobre a categoria do mal é insatisfatória, uma vez que pensaram o mal apenas na perspectiva metafísica, religiosa ou no âmbito moral. Eximiram-se, portanto, de realizar uma reflexão mais refinada a respeito do seu estatuto político. Constatado esse lapso, a reflexão que propomos nesse texto acerca do mal será situada para além de uma perspectiva moral, ontológica e religiosa.

A concepção de mal, cunhada por Hannah Arendt, vai além da circunscrição moral e/ou religiosa, de modo que compreendamos, dessa forma, a percepção arendtiana acerca do mal seja oposta à fundamentação teórica sustentada pela tradição. Para a tradição filosófica, o mal está relacionado a fraquezas e carências humanas, ou seja, compreendido como castigo dado aos homens quando transgridem as leis divinas.

Uma abordagem do mal, questionado a partir da sua dimensão política, é significativamente discutida por Hannah Arendt. Em *Origens do Totalitarismo* (2006), a autora, tendo em mente os campos de concentração, mencionou a existência do mal radical que surgiu em relação a uma estrutura de dominação capaz de tornar o próprio homem supérfluo. Para Arendt, nada poderia ser mais cruel que a realidade do inferno na terra. Assim ela enxergava os campos de concentração. O Totalitarismo se revelaria

como um mal sem precedentes. A discussão levantada por Arendt sobre o mal ultrapassa a dimensão moral e religiosa, âmbito no qual o mal vinha sendo pensado e adquire um estatuto político, haja vista que o Totalitarismo e as atrocidades cometidas nos campos de extermínio revelaram-se insuficientes para relacionar o mal à questão de pecado, de transgressão a lei e a moral

Hannah Arendt explicita a dimensão política do mal através dos conceitos de mal radical e banalidade do mal, isto é, como tentativa de dominação total, extermínio dos homens, destruição da humanidade que caracteriza a vida e o “vazio de pensamento” (*thoughtlessness*).

1. Do mal radical à banalidade do mal

A investigação sobre o mal desembocará no conceito de banalidade do mal, realizada por Hannah Arendt e tratada inicialmente em *Origens do Totalitarismo* (2006) com a terminologia de mal radical, em alusão, certamente, a Kant que, na obra *A Religião nos limites da simples razão* (1973), elabora a doutrina do mal radical.

A noção de mal radical, tal como Kant o concebe na obra *A religião nos limites da simples razão* (*idem*), está relacionado ao problema da liberdade e, particularmente, ao que ele julga ser uma predisposição natural do homem a inclinar-se a ceder a seus apetites. Nas suas considerações sobre a moral, ou uma religião moral, aparece a análise do mal inerente a natureza humana. Entende-se por “natureza do homem, (...) apenas o fundamento subjetivo do uso da sua liberdade em geral (sob leis morais ob-

jetivas), que precede todo o fato que se apresenta aos sentidos, onde quer que tal fundamento resida” (KANT, 2008, p. 27). Ou seja, quando Kant afirma que há uma disposição natural para o mal no homem, ele está se referindo ao fato de que para o uso de sua liberdade, o homem admite uma máxima fornecida a si mesmo pelo arbítrio. Entretanto, a qualidade boa ou má adotada será determinada por um princípio insondável e universal. Portanto, a adoção de um fundamento bom ou mal como máxima, segundo alguém quer se comportar não é dado na experiência, mas é algo que se refere universalmente ao uso da liberdade.

Desse modo, para Kant, “o fundamento do mal não pode residir em nenhum objeto *que determine* o arbítrio mediante uma inclinação, em nenhum impulso natural, mas unicamente numa regra que o próprio arbítrio institui para si para o uso de sua liberdade, isto é, numa máxima” (KANT, 2008, p. 27).

Quando Hannah Arendt afirma que o mal é radical, ela quer nos esclarecer que o Totalitarismo, com sua ideologia de que tudo é possível, transformou os homens em seres supérfluos, destituindo-os de todas as suas categorias humanas (agir, pensar, julgar, querer). Isolou-os do mundo, da realidade e do contato permanente com os outros. “Estar isolado é estar privado da capacidade de agir” (ARENDT, 1995, p.201). Isso para ela não pode ser explicado por nenhum motivo compreensível e adquire uma radicalidade sem precedentes, daí a conotação de *mal radical*.

Assim, não temos onde buscar apoio para compreender um fenômeno que, não obstante, nos confronta

com sua realidade avassaladora e rompe com todos os parâmetros que conhecemos. Apenas uma coisa parece discernível: podemos dizer que esse mal radical surgiu em relação a um sistema no qual todos os homens se tornaram igualmente supérfluos (ARENDT, 2006, p. 510).

Dizer que os homens se tornaram supérfluos significa afirmar deles que se tornaram meio, manobra e engrenagem de um movimento que os tornou sem importância, fazendo tudo para transformá-los em animais e coisas, e arrancando deles o sentimento de pertença ao mundo.

Não ter raízes significa não ter no mundo um lugar reconhecido e garantido pelos outros; ser supérfluo significa não pertencer ao mundo de forma alguma. O desarraigamento pode ser a condição preliminar da superfluidade, tal como o isolamento é a condição preliminar da solidão (ARENDT, 2006, p. 528).

É esse mal que Hannah Arendt denominou de radical e tem sua origem nos massacres e crimes perpetrados pelo governo nazista totalitário. Corroborando com essa ideia Nádia Souki afirma que, “com o surgimento da sociedade totalitária, de seus crimes imensos e absurdos, nós nos encontramos diante do surgimento de uma espécie de mal radical” (SOUKI, 1998, p. 61).

Anos mais tarde, na obra *Eichmann em Jerusalém* – um relato sobre a banalidade do mal (2007), Hannah Arendt reflete novamente sobre o mal. A investigação agora é centrada no julga-

mento de Adolf Eichmann (1961), responsável pelo transporte de prisioneiros para os campos de concentração. O que em *Origens do Totalitarismo* e em *A Condição Humana*, Hannah Arendt chamou de *mal radical*, é agora chamado de *mal banal*.

Hannah Arendt, num primeiro momento, em *Origens do Totalitarismo*, falou com inspiração kantiana, no mal radical. Considerou o mal como radical porque o que o caracterizaria no exercício da dominação totalitária é a erradicação da ação humana, tornando os seres humanos supérfluos e descartáveis. Subsequentemente formulou a tese da banalidade do mal como um mal burocrático, que não tem profundidade, mas pode destruir o mundo em função da incapacidade de pensar das pessoas, capaz de espalhar-se pela superfície da terra como um fungo (LAFFER, 2006b, p. 26).

A mudança de terminologia de *mal radical* para *banalidade do mal*, realizada por Hannah Arendt, é notada a partir do relato do caso Eichmann, com a finalidade de designar “a falta de profundidade evidente” que caracterizava o carrasco nazista. Seus atos, embora desumano, cruel e monstruoso não encontrava amparo em nenhuma convicção ideológica forte ou sinal de malignidade. Eichmann não nutria nenhum ódio insano para com o povo judeu, não era um adepto fanático do anti-semitismo. Eichmann era um homem normal. Um homem de “ideias muito positivas”, como bem declarou o sacerdote que o visitara na prisão.

O que me deixou aturdida foi que a conspícua superficialidade do agente tornava impossível rastrear o

mal incontestável de seus atos, em suas raízes ou em seus motivos, em níveis mais profundos. Os atos eram monstruosos, mas o agente – ao menos aquele que estava em julgamento – era bastante comum, banal, e não demoníaco ou monstruoso (ARENDT, 2009, p.18).

Fundamentados no pensamento de Hannah Arendt usamos a expressão *banalidade do mal* para designar algo estritamente factual. “O fenômeno dos atos maus, cometidos em proporções gigantescas – atos cuja raiz não iremos encontrar em uma especial maldade, patologia ou convicção ideológica do agente” (ARENDT, 1993, p. 145). Para Arendt, o mal não possui nem profundidade, nem dimensão demoníaca, e é essa a sua banalidade.

Arendt verificou que não havia uma vontade má em Eichmann: “ele simplesmente nunca percebeu o que estava fazendo” (ARENDT, 2007, p. 310). E esse “não se dar conta” dos seus atos não tem nenhuma relação com ignorância, mas com incapacidade de pensar. “Ele não era burro. Foi pura irreflexão – algo de maneira alguma idêntico à burrice – que o predispôs a se tornar um dos grandes criminosos desta época” (ARENDT, 2007, p. 311).

Quando envolvido pelo não pensamento perdemos a capacidade de decidir por nós próprios, de investigar sobre o certo e o errado, de manter um diálogo conosco e com os outros porque o não pensamento “ao proteger as pessoas do perigo da investigação, ensina-as a agarrarem-se a qualquer conjunto de regras de conduta prescritas em um dado momento, em uma dada sociedade” (ARENDT, 2002, p.159). Essas regras são forjadas por-

que o homem deixa de ter acesso a realidade que é comum a todos.

2. A propósito da faculdade de pensamento

Quando começamos a pensar ocorre um diálogo silencioso, porque por alguns instantes nos deslocamos para fora do mundo das aparências, interrompemos todas as nossas atividades habituais e iniciamos um diálogo entre eu e eu mesmo. “Em outras palavras, quando estou só, estou ‘comigo mesmo’, em companhia do meu próprio eu, e sou, portanto, dois-em-um” (ARENDT, 2006, p. 528). Mas o pensamento, embora seja esse “estar só”, não é solidão, porque a solidão, embora, ocorra quando estamos sozinhos nos torna incapazes de dividirmo-nos em dois-em-um, de ficarmos em nossa companhia. Esse parar para pensar, esse encontro com o outro que habita em nós, possibilita-nos o exercício da faculdade humana do pensamento.

Mas, embora, todo ato de pensar seja concretizado quando se está a sós, no diálogo do dois-em-um, em um momento de suspensão temporária, que nos deixa perplexo, paralisados, não perdemos o contato com o mundo dos nossos semelhantes, uma vez que eles estão representados no eu com o qual eu estabeleço o diálogo do pensamento e, principalmente, porque é com o contato com as outras pessoas que me restabeleço novamente no mundo, volto a ser um e confirmo minha identidade.

Mas, qual a relação entre a faculdade humana de pensar e o problema do mal? O que é o pensar? O que é o mal? O pensar tem relação com a faculdade de julgar, isto é, com a faculdade de

distinguir o que é certo do que é errado? Nas palavras de Hannah Arendt:

Será possível que o problema do bem e do mal, o problema de nossa faculdade para distinguir o que é certo do que é errado, esteja conectado com nossa faculdade de pensar? Seria possível que a atividade do pensamento como tal – o hábito de examinar o que quer que aconteça ou chame a atenção, independentemente de resultados e conteúdo específico – estivessem entre as condições que levam os homens a abster-se de fazer o mal, ou mesmo que ela realmente os condicione contra ele? (ARENDT, 2009, p. 19-20).

A incapacidade de pensar (do ponto de vista dos outros), verificada em Eichmann, está relacionada com o tipo de linguagem utilizada por ele. Uma linguagem totalmente burocrática e que o protegia da realidade. Eichmann usava clichês, frases feitas, palavras de ordem, códigos de expressão e conduta convencionais e padronizados que não se aplicam a realidade enquanto tal. Porém, para o mundo fictício do *Terceiro Reich* era perfeita, pois criava uma cortina de ferro que o distanciava do mundo, afastava-o do contato humano, impossibilitava-o de pensar e de buscar significado para aquilo que estava acontecendo ao seu redor. Eichmann foi incapaz de julgar os seus próprios atos, de deliberar sobre o certo e o errado, de fazer escolhas, uma vez que, o que encontramos nele, como bem identificou Hannah Arendt foi um assombroso “vazio de pensamento”.

Os clichês, as frases feitas, a adesão a códigos convencionais e padronizados de expressão e conduta têm a reconhecida função social de nos proteger da realidade, isto é, da exigência de nossa atenção pensante que todos os acontecimentos e fatos despertam, em virtude de sua mera existência (ARENDT, 1993, p. 146).

No que diz respeito à exigência de atenção do pensamento para com os acontecimentos da realidade, Hannah Arendt nos esclarece que o ser humano não tem condições de o tempo todo atender essa exigência, uma vez que logo ficaríamos exaustos. Entretanto, o problema com Eichmann é que “ele desconhecia por completo esse tipo de exigência” (ARENDT, 1993, p. 146).

Sobre a possibilidade de haver uma conexão entre a incapacidade de pensar e o problema do mal, Arendt analisa três proposições. Primeiramente, se há de fato essa relação, a faculdade de pensamento é uma habilidade atribuída a todos, uma vez que “somos o que os homens sempre foram – seres pensantes (ARENDT, 2009, p. 26). Desse modo, devemos “exigir” seu exercício por parte de todos os homens, do mais erudito ao menos dotado de inteligência, uma vez que “a incapacidade de pensar não é estupidez; pode ser encontrada em pessoas inteligentíssimas; e a maldade dificilmente é sua causa, no mínimo porque a irreflexão, bem como a estupidez, são fenômenos bem mais frequentes que a maldade” (ARENDT, 1993, p.149). Segundo, a faculdade de pensar não tem como produto resultados sólidos e últimos, portanto, “não podemos esperar da atividade de pensar

nenhuma proposição ou mandamento moral, nenhum código final de conduta e muito menos uma nova, e agora supostamente final, definição do que é bom e do que é mal” (ARENDT, 1993, p. 151). Terceiro, a atividade do pensamento, o parar para pensar é uma atividade fora de ordem, não segue uma lógica racional, dedutiva, que impele os homens a agirem condicionados por uma única ideia. A ideologia do movimento totalitário é explicada como um único processo coerente, que é evidente por si mesmo e não se aplica a atividade do pensamento.

Eichmann, segundo Hannah Arendt, renunciou a capacidade humana de julgar e pensar, e, ao fazê-lo, agiu como se fosse condicionado, uma vez que um exame detido das regras que o levaria a um momento de perplexidade, ao solitário diálogo sem som, que é próprio do pensamento em nenhum momento foi realizado por ele. Seu desejo era apenas de ascensão profissional, entrar para a História e isso em nada tinha a ver com pensamento, ou com consciência. Bastava apenas ser um exímio funcionário e cumprir as ordens do *Führer*, a lei viva que imperava para todos. A renúncia à faculdade de julgar, “a mais política das habilidades espirituais do homem” (ARENDT, 1993, p. 166) levou Eichmann a agir como mera correia de transmissão de uma lógica assassina sistemática. Ao renunciar ao julgamento, Eichmann despojou-se da condição de ser dotado de subjetividade e responsabilidade, condições que lhe possibilitariam o descondicionamento e, assim dizer: não, isso eu “não posso”.

Não se trata aqui de maldade ou bondade, e tão pouco de inteligência ou burrice. Quem não conhece a interação entre mim e mim mesmo (na qual se examina o que se diz e se faz) não se incomodará em contradizer-se, e isso significa que jamais será capaz de explicar o que diz ou faz, ou mesmo desejará fazê-lo; tampouco se importará em cometer qualquer crime, uma vez que está certo de que ele será esquecido no minuto seguinte (ARENDT, 1993, p. 166).

A faculdade do pensamento está relacionada com a faculdade do juízo, ambas por definição são diferentes, mas ambas estão interrelacionadas, na medida em que participam do mesmo processo. A faculdade do juízo, tal como foi apresentada por Kant, é a capacidade que o homem dispõe para julgar particulares sem subsumí-los a regras gerais, mas não é igual à faculdade do pensar. Enquanto “o pensamento lida com invisíveis, com representações de coisas que estão ausentes; o juízo sempre envolve particulares e coisas que estão à mão” (ARENDT, 1993, p. 167). O juízo, que resulta do efeito liberador do pensamento, realiza o próprio pensar, tornando-o manifesto no mundo das aparências. O que é manifestado pelo pensamento não é o conhecimento, mas a habilidade de distinguir o certo do errado, o belo do feio, e isso em alguns raros momentos, poderá, de fato, impedir catástrofes. Arendt compreendia que a capacidade de julgar era condição indispensável para a manifestação do pensamento político.

Considerações finais

Concluimos que Hannah Arendt não desejou esboçar nenhuma teoria do mal, mas apenas nos chamar atenção que a resistência ao pensamento e a reflexão, como foi verificado em Eichmann, pode nos levar a praticar os piores males possíveis. O mal banal é perpetrado por seres humanos que estão desprovidos da capacidade de discernimento, condicionados por determinadas situações, rejeitando julgar o que fazem e o que está acontecendo ao seu redor. Hannah Arendt elegeu o “vazio de pensamento” como sendo o núcleo do problema da “banalidade do mal”, o que significa que ela toma como referência o vazio, a falta, para se pensar o mal.

Referências

- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das letras, 2006.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das letras, 1995
- ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das letras, 2007.
- ARENDT, Hannah. *A dignidade da política*. Coletânea organizada e traduzida por Antonio Abranches *et al.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- ARENDT, Hannah. *A vida do espírito*. Tradução de Antônio Abranches. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.
- SOUKI, Nádia. *Hannah Arendt e a banalidade do mal*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

Elivanda de Oliveira Silva

KANT, Immanuel. *A religião nos limites da simples razão*. Tradução Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 2008.

LAFFER, Celso. A internacionalização dos direitos humanos: o desafio do direito a ter direito. *In*: AGUIAR, O. A. (org). *Filosofia e direitos humanos*. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 2006b.

The Political Status of Evil and the Political Implications of the Faculty of Thought from Hannah Arendt's Perspective

Abstract: This article aims at investigating the concept of evil elucidated by the German thinker Hannah Arendt (1906-1975). At the end of *Origins of Totalitarianism*, Hannah Arendt, keeping in mind concentration camps, mentioned the existence of the radical evil that, arising from a structure of domination, was able to make the man superfluous and dissolve his legal, moral entity, and his identity. According to Arendt, nothing could be crueller than the reality of hell on Earth. Thus, concentration camps were considered as being the image of hell, without any intention of establishing a comprehensible human justice. Totalitarianism would reveal itself as an unprecedented evil able to annihilate freedom as human, political possibility. The question raised by Arendt about the nature of evil transcends moral, religious dimension, ambit in which evil was thought of, and acquires political status, given that the Totalitarianism and the atrocities committed in extermination camps revealed themselves as insufficient to define evil as a matter of sin, transgression to law and/or moral. From this view, the question is: Is it possible for thought to avoid evil?

Keywords: Radical Evil – Totalitarianism – Concentration Camps - Thought